



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI N.º 1.825/2018.

Dispõe sobre autorização para firmar Termo de Filiação, com a Associação Brasileira de Municípios – ABM e repassar recursos financeiros a título de contribuição, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Filiação com a Associação Brasileira de Municípios - ABM, associação civil sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Federal, por força de Decreto Federal n.º 62.695, inscrita no CNPJ/MF n.º 33.970.559/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 05, Lote 5A, Bloco "F", 1º Andar, no Município de Brasília-DF, e repassar recursos financeiros a título de contribuição.

§ 1.º O Termo de Filiação que trata o *caput*, do presente artigo, deverá conter cláusulas objetivas estabelecendo normas para a preservação e manutenção da relação, entre o Poder Executivo Municipal e a Associação Brasileira de Municípios – ABM, o valor da contribuição, a forma e data do repasse e a periodicidade.

§ 2.º O repasse financeiro deverá ser no valor anual de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) e ser efetivamente pago até a data de 31 de dezembro de cada ano.

Art. 2.º O Poder Executivo Municipal poderá efetuar o pagamento da anuidade da Associação Brasileira de Municípios – ABM, de acordo com os critérios definidos nos estatutos sociais da Associação.

Art. 3.º A referida anuidade sob a forma de contribuição, considerando que a Associação Brasileira de Municípios – ABM é uma entidade de representação municipal, declarada de utilidade pública federal, conforme Decreto Federal n.º 62.695, visa assegurar a representação institucional do município associado, junto aos órgãos nacionais e internacionais, as instancias legislativas e perante distintos órgãos, de acordo com as responsabilidades, a ser consignadas no Termo de Fomento ou Colaboração.

Art. 4.º Para cobrir a despesa com a celebração do Termo de Filiação e repasse financeiro a título de contribuição, fica o Poder Executivo autorizado a promover a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente para o Exercício Financeiro de 2018, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.789, de 22 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação Orçamentária:



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

Órgão: 01	Gabinete do Prefeito e Dependências
Unidade Orçamentária: 150	Encargos Gerais do Município
Função: 04	Administração
Sub Função: 122	Administração Geral
Programa: 0004	Apoio as Atividades de Outras Esferas de Governo
Projeto/Atividade: 2.019	T. Filiação – Assoc. Brasileira dos Municípios – ABM
Elemento Despesa: 33.50.41.00	Contribuições R\$ 7.500,00
TOTAL:.....	R\$ 7.500,00

Parágrafo Único. No caso de renovações sucessivas da filiação com a Associação Brasileira – ABM o valor da Contribuição deverá ser anualmente consignada no Orçamento Municipal do respectivo exercício financeiro.

Art. 5.º Para Cobertura do Crédito Adicional Especial descrito no art. 4.º, da presente Lei, o Poder Executivo fica autorizado a utilizar os recursos descritos no art. 43, § 1.º, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64 – ANULAÇÃO PARCIAL – da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Órgão: 01	Gabinete do Prefeito e Dependências
Unidade Orçamentária: 150	Encargos Gerais do Município
Função: 04	Administração
Sub Função: 122	Administração Geral
Programa: 0004	Apoio as Atividades de Outras Esferas de Governo
Projeto/Atividade: 2.015	Contribuição A Assoc. Matogrossense dos Municípios
Elemento Despesa: 33.90.39.00	Outros Serviços Terc. PJ..... R\$ 7.500,00
TOTAL:.....	R\$ 7.500,00

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 23 de agosto de 2018.

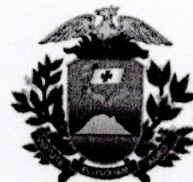
ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 7 Nº 1427

Divulgação sexta-feira, 24 de agosto de 2018

– Página 53

Publicação segunda-feira, 27 de agosto de 2018

ROBSON CASANOVA
Fiscal de Contratos da Secretaria de Saúde

MUNICÍPIO DE JACIARA/MT – Extrato do Plano de Trabalho n. 002/2018 Exercício 2018/2019

31/12/2021 Termo de Parceria n. 002/2018 - DATA 21/05/2018 - VIGÊNCIA

Nome do Plano de Trabalho: CIDADANIA JÁ
Custo do Projeto Estimado em R\$ 717.816,80 (Setecentos e dezessete mil, oitocentos e dezesseis reais e oitenta centavos)
Prazo do Projeto (junho 2018 a junho 2019)

Local de realização do projeto: Em toda rede da Secretaria Municipal da Assistência Social, e demais unidades no município.

Data de assinatura do PT: 01/06/2018. Início do projeto 01/06/2018. Término: 30/06/2019.

Objetivo do plano de trabalho n.001/2018 - O presente Plano de Trabalho tem por objeto adequar, normatizar, planejar e coordenar as ações de promoção, proteção e recuperação em Assistência Social da população, de forma integral, promovendo a proteção social, com o intuito de garantir a vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos e a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, buscando garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Nome da OSCIP: INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA E AMBIENTAL PAIAGUÁS – INSTITUTO PAIAGUÁS. Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2000, Bairro: Bosque da Saúde. Cidade: Cuiabá. UF: MT. CEP: 78.050-000, e-mail: contato@institutopaiguas.org.br. Tel.: (65) 3644-1685. Nome do responsável pelo projeto: EVANA CLAUDIA DOS ANJOS SILVA, RG nº 05896886 SSP/MT e CPF nº 420.108.961-49. Cargo/Função: Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

CONTRATO: 111/2018

TERMO ADITIVO Nº: 01/2018
CONTRATADO (A): CLAUDIONICE BARBOSA DA SILVA
OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRINCIPAL POR MAIS 142 (CENTO E QUARENTA E DOIS) DIAS.
DATA: 31/07/2018 VIGÊNCIA: 19/12/2018
VALOR: R\$ 4.999,39

CONTRATO: 118/2018

TERMO ADITIVO Nº: 01/2018
CONTRATADO (A): TATIANE DOS SANTOS NOGUEIRA
OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRINCIPAL POR MAIS 162 (CENTO E SESSENTA E DOIS) DIAS.
DATA: 11/07/2018 VIGÊNCIA: 19/12/2018
VALOR: R\$ 5.703,53

CONTRATO: 77/2018

TERMO ADITIVO Nº: 01/2018
CONTRATADO (A): ANDREIA RODRIGUES DE CARVALHO
OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRINCIPAL POR MAIS 91 (NOVENTA E UM) DIAS.
DATA: 09/07/2018 VIGÊNCIA: 07/10/2018
VALOR: R\$ 3.203,83

CONTRATO: 116/2018

TERMO ADITIVO Nº: 01/2018
CONTRATADO (A): ROSALIA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA
OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRINCIPAL POR MAIS 142 (CENTO E QUARENTA) DIAS.
DATA: 31/07/2018 VIGÊNCIA: 19/12/2018
VALOR: R\$ 4.999,39

LEGISLAÇÕES

LEI N.º 1.824/2018.

Dispõe sobre a afetação como bem de uso comum do povo da área de terras, que menciona, destinada a complementação do perímetro da Rua Loris Pedrotti, neste Município, denominada pela Lei Municipal n.º 1.656/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica afetado como bem de uso comum do povo, e destinado a complementação do perímetro da Rua Loris Pedrotti, neste Município, a área de terras assim identificada e caracterizada:

ÁREA COM 400,00 M2, REMANESCENTE DE UMA ÁREA DE TERRAS COM 2.900,00 M2 (DOIS MIL E NOVECIENTOS METROS QUADRADOS), REMANESCENTE DE UMA ÁREA DE TERRAS COM 4.000,00 M2, DESMEMBRADA DE UMA ÁREA MAIOR DE 174.800,00 M2, SITUADA NA "ÁREA INDUSTRIAL", DESMEMBRADA DA QUADRA Nº 04 - SETOR SERVIÇO DO LOTEAMENTO DENOMINADO NÚCLEO PIONEIRO DO "PROJETO JUÍNA - 1.ª FASE", NESTE MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT, ficando a área de 400,00 m2, possui os seguintes limites e confrontações: Norte: Rua "Y"; Sul: Rua "A"; Leste: Área Desmembrada "B" (matrícula nº 4.739) e Área Desmembrada "D"; Oeste: Área Desmembrada "C". DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO: Frente: 10,00 metros, para a Rua "A"; Fundo: 10,00 metros, para Rua "Y"; Lado Direito: 40,00 metros, para Área Desmembrada "C"; Lado Esquerdo: 40,00 metros, para Área Desmembrada "B" (matrícula nº 4.739) e Área Desmembrada "D".

Parágrafo Único. A área de terras que trata o caput, do presente artigo, é constante da Matrícula Imobiliária nº 10.081, do LIVRO Nº 02 - REGISTRO GERAL - do 1.º Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos da Comarca de Juína-MT, e está em conformidade com os Mapas de Situação e Memorial Descritivo, cujas cópias seguem em anexo a presente Lei, que dessa passam a ser partes integrantes.

Art. 2.º Incumbe ao Poder Executivo, os atos necessários e adequados às atualizações cadastrais no Cadastro Imobiliário Municipal.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 23 de agosto de 2018.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.825/2018.

Dispõe sobre autorização para firmar Termo de Filiação, com a Associação Brasileira de Municípios - ABM e repassar recursos financeiros a título de contribuição, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Filiação com a Associação Brasileira de Municípios - ABM, associação civil sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Federal, por força de Decreto Federal nº 62.695, inscrita no CNPJ/MF nº 33.970.559/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 05, Lote 5A, Bloco "F", 1.º Andar, no Município de Brasília-DF, e repassar recursos financeiros a título de contribuição.

§ 1.º O Termo de Filiação que trata o caput, do presente artigo, deverá conter cláusulas objetivas estabelecendo normas para a preservação e manutenção da relação, entre o Poder Executivo Municipal e a Associação Brasileira de Municípios - ABM, o valor da contribuição, a forma e data do repasse e a periodicidade.

§ 2.º O repasse financeiro deverá ser no valor anual de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) e ser efetivamente pago até a data de 31 de dezembro de cada ano.

Art. 2.º O Poder Executivo Municipal poderá efetuar o pagamento da anuidade da Associação Brasileira de Municípios - ABM, de acordo com os critérios definidos nos estatutos sociais da Associação.

Art. 3.º A referida anuidade sob a forma de contribuição, considerando que a Associação Brasileira de Municípios - ABM é uma entidade de representação municipal, declarada de utilidade pública federal, conforme Decreto Federal nº 62.695, visa assegurar a representação institucional do município associado, junto aos órgãos nacionais e internacionais, as instâncias legislativas e perante distintos órgãos, de acordo com as responsabilidades, a ser consignadas no Termo de Fomento ou Colaboração.

Art. 4.º Para cobrir a despesa com a celebração do Termo de Filiação e repasse financeiro a título de contribuição, fica o Poder Executivo autorizado a promover a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente para o Exercício Financeiro de 2018, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.789, de 22 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação Orçamentária:

Órgão: 01	Gabinete do Prefeito e Dependências
Unidade Orçamentária: 150	Encargos Gerais do Município
Função: 04	Administração
Sub Função: 122	Administração Geral
Programa: 0004	Apoio as Atividades de Outras Esferas de Governo
Projeto/Atividade: 2.019	T. Filiação - Assoc. Brasileira dos Municípios - ABM
Elemento Despesa: 33.50.41.00	Contribuições R\$ 7.500,00

TOTAL:

.....R\$ 7.500,00

Parágrafo Único. No caso de renovações sucessivas da filiação com a Associação Brasileira - ABM o valor da Contribuição deverá ser anualmente consignada no Orçamento Municipal do respectivo exercício financeiro.

Art. 5.º Para Cobertura do Crédito Adicional Especial descrito no art. 4.º da presente Lei, o Poder Executivo fica autorizado a utilizar os recursos descritos no art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 – ANULAÇÃO PARCIAL – da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Órgão: 01	Gabinete do Prefeito e Dependências
Unidade Orçamentária: 150	Encargos Gerais do Município
Função: 04	Administração
Sub Função: 122	Administração Geral
Programa: 0004	Apoio as Atividades de Outras Esferas de Governo
Projeto/Atividade: 2.015	Contribuição A Assoc. Matogrossense dos Municípios
Elemento Despesa: 33.90.39.00	Outros Serviços Terc. PJ.....R\$ 7.500,00

TOTAL:

R\$ 7.500,00

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 23 de agosto de 2018.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA/MT
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juína-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 3443/2018, TORNA PÚBLICO, para conhecimento, dos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS QUE RECEBEM ATENDIMENTO PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, estando a sessão pública para o dia **10 DE SETEMBRO DE 2018 ÀS 08:00 HORAS**, na sala do Departamento de Licitação da Administração do Município de Juína, situado na Travessa Emmanuel, nº 33N, Centro. O Edital poderá ser adquirido no endereço acima, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas de segunda a sexta-feira ou pelo site www.juina.mt.gov.br, em portal transparência, agenda de licitações. Informações pelo Telefone: (66) 3566-8302 ou e-mail: licitacao@juina.mt.gov.br.

Juína-MT, 23 de Agosto de 2018.

MARCIO ANTONIO DA SILVA
Pregoeiro Designado
Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

ATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2018

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa AGUAMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA CNPJ: 25.137.947/0001-70, neste ato representada legalmente pelo Sr. WILLIAN STAHELIN, portador do CPF de nº 051.327.539-81 e RG: 5000359 SSP/SC, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes deste Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1 - SUPORTE LEGAL

1.1. Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela lei nº 8.666/93, com as demais alterações, e na lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como no Processo Administrativo de nº 053/2018 Pregão Eletrônico nº 006/2018.

2 – DO OBJETO

2.1. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para reestruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital e Laboratório Municipais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juruena, através das Emendas Parlamentares Nº 28250008 e Nº 29360005, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referência anexo ao Edital.

Item	Cód. Sist.	Descrição	Qtdd	Marca	Valor Unit	Valor Total
09	33338	CADEIRA DE RODAS - Assento e encosto navalhado, em aço tubular c/ pintura eletrostática, para crianças, tipo dobrável c/ apoio do tronco e quadril c/ espumas injetadas conf. a curva do corpo, sob medida, pneu traseiro infláveis c/ aro 20-rodas dianteiras 6-c/ rolamentos blindados, com freios, fixo, cinto p/ os pés abdotores, regulável do joelho encosto sob medida e encosto de cabeça.	03	PROLIFE	723,00	2.169,00

3 – DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor global do presente contrato é fixado em R\$ 2.169,00 (dois mil cento e sessenta e nove reais).

4 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado pela Tesouraria mediante comprovação por parte do CONTRATADO após apresentação da nota fiscal conferida e carimbada pela Secretaria Solicitante.

5 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
001 – Fundo Municipal de Saúde
363.07.01.10.302.0017.1036.449052 – Equipamentos e Material Permanente

6 – DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência do presente contrato será de acordo com o prazo de garantia dos itens com início em 23/08/2018.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, o Contrato poderá ser rescindido.

7.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Juruena, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

7.3. Os produtos deverão ser entregues, da forma como forem solicitados pelo setor competente, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e no prazo de 30 (trinta) dias corridos após recebimento da nota de empenho, sob pena de cancelamento do contrato.

7.4. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

7.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações solicitadas, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

7.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

7.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza e comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.8. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste edital e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

7.9. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondência;

7.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

7.12. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou na minuta de contrato;